

ESPAÇO | SOCIALISTA

Nº 75 - Fevereiro de 2015

Contribuição: R\$ 1,00

Organização Marxista Revolucionária

CONTRA OS ATAQUES DOS GOVERNOS E DOS PATRÕES



UNIFICAR AS LUTAS!

NACIONAL

NOVOS GOVERNOS: AUSTERIDADE CONTRA OS TRABALHADORES

ATAQUES AOS DIREITOS TRABALHISTAS

MP's 664 E 665: A MÁSCARA CAIU ANTES DO PRIMEIRO BAILE

EDUCAÇÃO

O ATUAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE LUTA

CONSTRUINDO O COLETIVO

A JUVENTUDE E OS DESAFIOS PARA A LUTA SOCIALISTA

A LUTA CONTRA O MACHISMO

O PAPEL DESTRUIDOR DO MACHISMO NA ESQUERDA

ELEIÇÕES NA GRÉCIA

FAZ FALTA UMA ESQUERDA ANTICAPITALISTA E SOCIALISTA

"JE SUIS CHARLIE": LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA QUEM?

NOVOS GOVERNOS: AUSTERIDADE CONTRA OS TRABALHADORES

O ano de 2015 inicia com muitos ataques aos direitos trabalhistas e com uma política econômica que não somente vai precarizar os postos de trabalho como vai aumentar o desemprego. Muitas empresas impõem férias coletivas, layoff (suspensão do contrato de trabalho) e PDV's (Plano de Demissão Voluntária), campanhas salariais com retirada de direitos (como exemplo, Mercedes Benz e VW no ABC paulista com acordos que congelam os salários). Somente na indústria de São Paulo em 2014 foram 128 mil demissões. No país, em dezembro do ano passado, foram fechados 555 mil postos de trabalho.

Essa situação é resultado do esgotamento de um modelo econômico adotado pelo PT que se sustentava na ampliação do consumo (e os instrumentos, como os incentivos às indústrias e a ampliação do acesso ao crédito, para ele se viabilizar) pelas pessoas e famílias da parte de baixo da pirâmide social e também do endividamento do Estado. A aplicação desse modelo se aproveitava de uma situação internacional favorável (antes da crise de 2008).

A partir do começo de 2013 haviam várias contradições, como a diminuição do ritmo de crescimento do consumo e o aumento do endividamento das famílias, as restrições ao crédito por conta da inadimplência, entre outras.

Na ocasião apontávamos que as novas medidas como as concessões de bens e serviços públicos (aeroportos, portos, petróleo e mineração), os incentivos às indústrias (redução do IPI, desoneração da folha, etc.), além de serem muito danosos aos trabalhadores, não resolveriam as contradições do modelo econômico petista.

Agora mais uma vez estamos diante do aumento dos juros (um dos maiores do mundo), da inflação, do desemprego, corte de orçamento (somente na Educação foram R\$ 7 bilhões).

NOVO FÔLEGO?

As recentes medidas econômicas (artigo nesta edição) expõem como o governo, na tentativa de solucionar a crise, vai mais uma vez priorizar os

empresários. Vêm com tudo para atacar duramente os direitos e condições de vida dos trabalhadores.

A burguesia passa a aumentar os preços, mesmo que isso signifique produzir e vender menos. O ajuste de preços (alimentos, vestuários, remédios, combustíveis, etc) é para recuperar a concessão dos mínimos reajustes salariais obtidos pelos trabalhadores no passado.

E nesse marco que já temos lutas e movimentos para resistir e colocar em pauta as necessidades sociais.

Além do mais, o endividamento tanto das famílias como do Estado chegou a um ponto que é difícil dar novos saltos para possibilitar um crescimento econômico e garantir as taxas elevadas de lucro para o capital.

Mas, só a política de incentivos do Estado não é mais capaz de garantir um crescimento econômico. A acirrada competição no mercado internacional com os produtos da China e outras economias faz com que a burguesia tenha que avançar diretamente no aumento da exploração.

Está em curso um novo momento com a demissão de milhares de trabalhadores, eliminando os postos de trabalho e sobrecarregando os que ficam. Além disso, as empresas têm lançado mão de vários mecanismos para retirar os mínimos direitos (precarização dos contratos, layoff, aumento da terceirização, quarteirização, etc.).

É na indústria (principalmente na cadeia produtiva das montadoras) onde estão mais evidentes essas medidas. Mas não está descartado que outros setores entrem no mesmo processo.

É em base a esses elementos que opinamos que o governo não conseguirá garantir um crescimento econômico consistente e por isso predominará um quadro recessivo e de vários ataques aos direitos trabalhistas.

O TAMANHO DA DÍVIDA É MAIS UMA DIFICULDADE

Outro elemento que dificulta o Estado a adotar medidas para "recuperar" a economia é a dependência do Estado para com a fração financeira do capital.



Os efeitos da crise estrutural do capital fazem redobrar a pressão do capital financeiro para sugar uma parte ainda maior do orçamento, através do pagamento de juros e amortizações do chamado mecanismo da "Dívida Pública".

Somente neste ano de 2015, o orçamento prevê o pagamento de 1,350 trilhão de reais, ou 47% de todo o orçamento público federal!

Para o mercado financeiro interessa não apenas o montante que possam a abocanhar neste ano, mas também que haja garantia de que nos próximos anos continuem recebendo mais dinheiro. Por isso a pressão para que o Estado corte gastos sociais e tenha "responsabilidade" com o pagamento da dívida.

Nos governos do PT, principalmente pós-2009, os incentivos econômicos na forma de empréstimos do BNDES, isenções de impostos e obras de interesse das empresas, assim como disponibilização de dinheiros dos bancos públicos para o crédito, levou ao aumento da Dívida bruta do Estado (união, estados e municípios), atingindo hoje mais de 4 trilhões de reais próximo de 70% do PIB!

Esse ritmo de crescimento da Dívida preocupa os agiotas, pois coloca em dúvida até que ponto o país poderá continuar cumprindo os compromissos assumidos. Por isso a pressão do capital financeiro e de suas "agências de risco" para o governo adotar uma agenda forte de corte de gastos públicos (com direitos sociais, nos investimentos sociais e com o funcionalismo público, na manutenção das estruturas de escolas e hospitais, etc.). Tudo para que sobre mais dinheiro para os bancos e para a isenção permanente de impostos para os patrões e construção de obras de seu interesse, as obras de infraestrutura.

Ou seja, está aberta uma situação de confrontação muito mais direta entre a burguesia/Estado contra os

trabalhadores, serviços públicos, etc.

UM MINISTÉRIO DE INTERESSES E PARA ATACAR OS TRABALHADORES!

A nomeação do Ministério de Dilma e as primeiras medidas do governo mostram nitidamente a tendência de um governo muito mais à direita e inimigo dos trabalhadores e dos serviços públicos.

Já nas eleições alertamos que as diferenças entre o PT e o PSDB são mais de formas do que de conteúdo na implementação do projeto geral do capital no país. O ministério do governo Dilma tornou isso bem visível. Os principais ministérios que possuem a maior verba e que definem a política econômica e estratégica do país estão nas mãos dos principais nomes da direita no país.

O **Ministro da Fazenda**, que cuida da política econômica é Joaquim Levy. Conhecido como “mãos de tesoura” por realizar cortes brutais nos serviços públicos. Trabalhou no FMI de 1992 a 1999, depois no governo de FHC. Participou da elaboração do programa de Aécio Neves. No primeiro mandato de Lula foi secretário do Tesouro Nacional até 2006, anos de cortes, desemprego e recessão. De 2007 a 2010 foi secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, até mandava atrasar procedimentos de liberação verbas para diminuir os gastos na Saúde e Educação, com a finalidade de garantir o pagamento dos juros da Dívida Pública. De 2010 a 2014 ocupou o cargo de diretor-superintendente do Bradesco. Compreende-se por que o mercado financeiro aplaudiu de pé a sua nomeação.

Para o **Ministério da Agricultura**, Dilma chamou Kátia Abreu, presidente da CNA (Confederação do Agro Negócio). Inimiga aberta da Reforma Agrária – afirma descaradamente que não há mais latifúndio no país, mesmo que

os estudos mostrem que ocupam 50 % do campo. Defende a ocupação ilegal da floresta e acusa os povos indígenas de irem para as áreas de produção como se a área não tivesse sido roubada deles! Declara abertamente que vai defender o agronegócio e que vai fazer de tudo para combater e reprimir as ocupações de terra.

Manterá o padrão de monoculturas para a exportação, o uso de transgênicos e agrotóxicos ao invés da agricultura orgânica voltada para a alimentação saudável e equilibrada com o ambiente.

Giberto Kassab, **ministro das cidades**, é um dos maiores responsáveis pelo aumento dos problemas urbanos e corrupção na cidade de São Paulo. Sempre adotou políticas que sucatearam o transporte coletivo e fortaleceu o transporte individual atendendo os interesses das montadoras. Atacou a Educação e os movimentos populares, concentrando a moradia e dando rédea solta à especulação imobiliária. É a garantia de que o transporte, a moradia e o lazer continuarão sob o controle das empresas e dos endinheirados.

Para Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) foi nomeado Armando Monteiro (PTB) ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Sua finalidade é batalhar pela redução geral de impostos para as empresas, corte/flexibilização de direitos trabalhistas, obras e empréstimos a serviço do empresariado.

Na **Educação** o nomeado foi Cid Gomes (PROS), (ver artigo nesta edição). Reprimiu duramente as greves de professores no Ceará, sendo conhecido pela frase “Quem quer dar aula faz isso por gosto, e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado” e por entregar as verbas públicas para a iniciativa privada.

Os Ministérios de Minas e energia e da Pesca e Aquicultura também ficaram com o PMDB. Nota-se que o PMDB abocanhou os ministérios com maior possibilidade de alocação de verbas, o que reafirma o caráter de sua base social – setores que dependem umbilicalmente do Estado - fechando sempre com o governo, seja qual for.

O PT ficou com os ministérios do Planejamento, Defesa, Justiça e Comunicações. Com isso busca preservar para si como burocracia o caráter de gerenciador do Estado, mas agora com menor peso na definição das políticas, frente a um Congresso mais hostil que nos governos anteriores.

O PT procura manter uma diferença com o PSDB -bem aparente e tênue-, que é de maior preocupação com o social. Ficou com alguns ministérios identificados mais diretamente com as políticas “sociais”, como saúde, Previdência Social, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Mas com a austeridade fiscal que marcará esse novo momento, seus ministérios terão pouca verba extra para criar qualquer política robusta para enfrentar os graves problemas que se colocam nessas áreas.

UNIFICAR AS LUTAS E CONSTRUIR UMA SAÍDA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

As perspectivas são de duros ataques aos trabalhadores e estudantes. O agravamento das condições de vida é visível e os trabalhadores já reagem com lutas fortes como a greve da Volks, dos trabalhadores sem Teto, contra o aumento da tarifa dos ônibus, trens e metrô. Tudo isso além de lutas e movimentos menores e que não ganham projeção na mídia.

Nos bairros de periferia há um mal-estar com o racionamento/falta de água, com a ação violenta e racista da polícia e com a não existência de espaços, oportunidades e de lazer para os jovens. O descontentamento está se acumulando e com o passar dos acontecimentos e a experiência frente aos governos, particularmente o da Dilma, a tendência é que as lutas tomem proporções maiores podendo gerar inclusive um novo ascenso. Temos que nos juntar.

Precisamos lançar esse alerta aos trabalhadores e contribuir para as lutas se desenvolverem impulsionando também os organismos democráticos de base e sua unificação.

Chamamos a construir, compor e fortalecer os comitês contra o aumento das passagens e as tarifas de serviços que deveriam ser públicos e gratuitos como o transporte, a organização dos estudantes contra a precarização e a



repressão que aumenta dentro das escolas e universidades, em São Paulo a formação de comitês contra a falta de água e pela estatização da SABESP sob controle dos trabalhadores para que a água não seja um negócio, mas um bem coletivo.

ENQUANTO GOVERNO ATACA, DIREÇÕES PELEGAS CEDEM

O desemprego e o corte de direitos estarão no centro dos problemas sociais. Trata-se de uma tendência objetiva do capital para se tornar mais competitivo em um contexto de crise estrutural e de forte concorrência no mercado internacional.

Com o aprofundamento dos ataques, as burocracias (direções sindicais que estão do lado dos patrões e amarradas ao governo) buscam negociar formas de diminuir as demissões, mas à custa da redução de direitos (congelamento dos salários, etc.), como foram os acordos com a VW. A CUT também está defendendo a proposta de redução da jornada de trabalho e também dos salários, medida que mais ajuda os empresários do que aos trabalhadores mais uma vez sacrificados, pagando por uma crise que não é da nossa responsabilidade.

Outra medida que as direções pelegas estão negociando (e favorecendo as empresas) é a suspensão dos contratos de trabalho (layoff) em que a empresa paga uma parte dos salários e o governo (com o dinheiro do FAT- Fundo de Amparo do Trabalhador) complementa

com outra parte, ou seja, o dinheiro do trabalhador sendo destinado para ajudar as empresas.

As direções também estão negociando os PDVs (Planos de Demissão Voluntária), situação que deixa a empresa livre para pressionar trabalhadores a “aceitarem” a demissão mesmo em casos que têm estabilidade no emprego.

AS DIREÇÕES DE ESQUERDA SE OMITEM

Por outro lado as principais correntes de esquerda (PSOL e PSTU) nos sindicatos que dirigem não têm estado à altura desses novos desafios. Continuam tratando a questão do desemprego como problema local a ser enfrentado no âmbito de cada empresa e não como um problema geral para o qual precisamos preparar e chamar a unidade geral dos trabalhadores.

As ações que realizaram têm sido pela superestrutura e na base se limitam a “assembleias de protesto”. Ao não buscarem transformar a luta contra o desemprego e a precarização em campanha política nacional massiva – mesmo nas categorias que dirigem as entidades – suas ações têm sido insuficientes sem conseguir fazer a patronal recuar das demissões.

Insistimos na necessidade de que as maiores correntes PSTU e PSOL que dirigem respectivamente a CSP-Conlutas e a Intersindical levem a frente uma campanha massiva contra o desemprego e a precarização chamando os

trabalhadores à luta e solidariedade com paralisações, bloqueios, greves e ocupações.

Tem prevalecido a paralisia. Mesmo que o nível de consciência dos trabalhadores se apresente problemático, a função de uma direção de esquerda é explicar aos trabalhadores os problemas e também realizar ações concretas para ajudar na experiência e se convencerem à mobilização entendendo que o desemprego é resultado da lógica do capital e que não há outra saída para enfrentar a reestruturação que a redução da jornada para 36 horas sem redução dos salários e a estatização sob controle dos trabalhadores das empresas que alegarem impossibilidade.

POR UMA CAMPANHA NACIONAL CONTRA O DESEMPREGO E A PRECARIZAÇÃO

Nesse sentido, defendemos a criação de um *Fórum Nacional de Lutas, Antigovernista e Antiburocrático* para contribuir com a construção das mobilizações e unificar as lutas com um Programa Anticapitalista e Socialista.

Defendemos também a realização de um *Encontro Nacional de Movimentos e Ativistas* com a participação dos trabalhadores para organizar pela base a luta e as mobilizações contra o desemprego e por direitos, contra os ataques e as reformas do governo Dilma e ao mesmo tempo construirmos juntos uma alternativa unificada de esquerda e socialista para a sociedade.



Na campanha eleitoral o lema de Dilma e dos partidos era que não mexeriam nos direitos trabalhistas ou diziam “nem que a vaca tussa”. Mas, a máscara caiu antes mesmo da festa da posse oficial do segundo mandato. No dia 30 de dezembro editou as MPs (Medidas Provisórias) 664 e 665 (há questionamento sobre a possibilidade

MP's 664 E 665: A MÁSCARA CAIU ANTES DO PRIMEIRO BAILE

legal de realizar essas mudanças por esse instrumento) que atingem direitos trabalhistas conquistados com muita luta.

No caso do seguro-desemprego as mudanças indicam que o caminho real do governo é, paulatinamente, extinguir o benefício de proteção ao desemprego. As palavras do liberal Joaquim Levy (Ministro da Fazenda) de que o modelo do seguro-desemprego no Brasil está totalmente defasado confirmam essa intenção.

Uma das características dos empregos no país é a alta rotatividade. Segundo os dados do CAGED (órgão do Ministério do trabalho), entre janeiro

e novembro de 2014, 63,4% dos 10,8 milhões de trabalhadores demitidos sem justa causa tinham menos de 18 meses no trabalho. Por essas regras, segundo o próprio Ministério do Trabalho, cerca de 2 milhões de desempregados perderão essa proteção contra o desemprego.

Sobre o auxílio acidente, o aumento do tempo de afastamento (de 15 para 30 dias) custeado pela empresa, até parece ser desvantajoso para as empresas, mas a medida vem acompanhada de outra, extremamente preocupante, pois a partir de agora a empresa está autorizada a fazer a perícia médica. Não é difícil imaginar

a pressão que os patrões vão exercer sobre os trabalhadores, exigindo o retorno ao trabalho mesmo sem condições de saúde.

Com essas medidas o governo visa “economizar” (leia expropriar o trabalhador) R\$ 18 bilhões, valor próximo do que a Previdência vai repassar para as empresas com a desoneração da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento (substituída por uma porcentagem sobre o faturamento, mais vantajosa para as empresas) em 2015, estimado em algo próximo a R\$ 21 bilhões. Em 2014 estima-se que foram

R\$ 24 bilhões que a Previdência deixou de arrecadar das empresas que se beneficiaram com a desoneração. São 56 setores da indústria incluídos na desoneração. Outro destino do dinheiro retirado dos trabalhadores é a recomposição do caixa para dar garantias aos banqueiros e especuladores que possuem título da dívida pública.

Mas, a lista de bondade aos empresários é extensa. Há outros programas como Refise e Reintegra (ver quadro acima) que destinam bilhões de reais aos empresários.

Outra medida do governo Dilma foi

manter a tabela do Imposto de Renda congelada. O curioso é que a justificativa do veto ao reajuste da tabela do Imposto de Renda é de que o governo não pode praticar a renúncia fiscal, ou seja, que o governo não pode deixar de arrecadar impostos.

Mas a desoneração da folha, a redução do IPI para as empresas automobilísticas e de eletrodomésticos não é renúncia fiscal? É sim uma renúncia fiscal, o governo está deixando de receber impostos de várias empresas!

Veja o quadro comparativo

	COMO ERA	COMO SERÁ COM AS NOVAS MEDIDAS
ABONO PIS	Ter trabalhado um mês durante o ano e receber até dois salários mínimos	Haverá carência de seis meses de trabalho ininterruptos
	O valor era de um salário mínimo para tod@s	O pagamento passa a ser proporcional ao tempo trabalhado, até o limite de um salário mínimo
SEGURO DESEMPREGO	Ter trabalhado seis meses	Carência de 18 meses na 1ª solicitação; 12 meses na 2ª e 6 meses a partir da 3ª solicitação
PENSÃO POR MORTE	Não havia prazo mínimo de casamento	Será exigido tempo mínimo de casamento ou união estável de 24 meses (exigida a partir de 14 de janeiro deste ano)
		Falecido deve ter contribuído 24 meses para a Previdência Social (exceto no caso de morte por acidente de trabalho)
		Vitaliciedade: só é vitalícia para os pensionistas com expectativa de vida inferior a 35 anos. Expectativa superiores a 35 anos a pensão é proporcional, variando de 3 a 15 anos a depender da idade do pensionista. Vale para servidores e celetistas (CLT)
		A partir de 60 dias da edição da MP o valor do benefício será reduzido de 100% para 50% do salário. Haverá acréscimo de 10% para cada dependente até o limite do valor integral pago pelo INSS. Por enquanto só é válida para celetistas, pois para o funcionalismo público é preciso aprovar emenda à Constituição para essas mudanças, sobre as quais já incide um redutor de 30% para valores acima do teto do Regime Geral da Previdência
AUXÍLIO-DOENÇA	Benefício era de 91% do salário do segurado, limitados ao teto do INSS	O teto será a média das últimas 12 contribuições.
	Empresas pagavam os primeiros 15 dias de salário	Empresas arcam com o custo de 30 dias de salário antes do INSS, mas, a partir de agora, poderão elas mesmas fazer a perícia médica
IMPOSTO DE RENDA	Medida provisória reajustava a tabela do Imposto de Renda: quem ganhava até R\$ 1.903,98 seria isento do pagamento	Mesmo as perdas da correção somarem 61,42%, Dilma vetou a Medida Provisória alegando renúncia de receita
REINTEGRA	Empresas exportadoras pagavam os impostos devidos normalmente	Por esse programa as empresas exportadoras passam a ter, a partir de 2015, um crédito (e que podem descontar nas dívidas com o governo) que varia de 0,1% a 3% sobre o valor total de suas exportações. Ou seja, o governo abre mão de receber impostos das empresas exportadoras.
REFIS	Programa de refinanciamento. Empresa com dívida federal deveria pagar à vista e com as correções (juros, multa, etc.). É o que acontece com as pessoas “comuns”	Pelo programa do governo as empresas devedoras não precisam pagar toda a dívida de uma vez, com entrada (variando de acordo com o valor devido) e o restante parcelando em 180 meses

TRAIDOR DA EDUCAÇÃO

Greve Geral
Professores
do Estado
do Ceará



Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*).

No início de 2015 o governo Dilma Rousseff apresentou sua nova equipe ministerial, resultante do processo eleitoral. No Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados o PT e a base aliada apresentaram perdas significativas. Deste modo, os ministérios tornaram-se novamente alvo para a manutenção da “governabilidade”⁽¹⁾. A prática nada surpreende, pois desde a eleição de Lula essa política conciliatória marca o governo e Dilma também vem desempenhando.

O governo petista, com seu modelo econômico, ao firmar contratos com diversos bancos privados e agências internacionais transforma a amortização da dívida pública (42,4% em 2014) em juros e isso, conseqüentemente, gera um processo inflacionário que aumenta o custo de vida com visíveis aumentos de preços dos alimentos, da gasolina, aluguéis, vestuário, transportes, entre outros.

Dilma ofereceu ministérios e comissões aos partidos da oposição de direita e à sua base aliada (PMDB, PP, PSD, PR, PC do B). O resultado disso é que a qualidade dos serviços públicos será ainda mais sacrificada com a continuidade da corrupção e de programas que irão afetar um enorme contingente de pessoas.

Esse cenário está inserido no contexto internacional de crise estrutural do capitalismo e com impacto nacional, num processo chamado de “austeridade”⁽²⁾ e, conseqüentemente, com maior tentativa

O ATUAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE LUTA

de controle de gastos sociais. Para Marx: “O Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (Manifesto Comunista).

Deste modo, é importante analisarmos as mudanças ocorridas no Ministério da Educação – a partir da indicação de Cid Gomes (Partido Republicano da Ordem Social - PROS) em substituição de Henrique Paim (PT) e que contava desde 2004 com nomes petistas como Tarso Genro – e considerarmos o pronunciamento de Dilma, após a reeleição, ao propor a construção de uma “Pátria Educadora”. Sabemos que serão duras as conseqüências na prática educacional.

CID GOMES: UM PERSONAGEM

CARICATO

O Ministério da Educação é uma das pastas mais polêmicas da nova gestão, pois Cid Gomes (atual PROS) apresenta-se de modo caricatural com a política da “pátria educadora”, prometida para os próximos quatro anos.

Para a compreendermos melhor a polêmica é importante observarmos a carreira desse ministro. Durante seus oito anos como prefeito de Sobral (CE) criou o Programa de Alfabetização na Idade Certa, mas para atingir os objetivos utilizou-se majoritariamente da parceria com o setor privado.

Posteriormente, tornar-se-ia governador do Estado do Ceará e o estado assumiu o primeiro lugar no IDEB na região. Em 2013, igualou-se à média brasileira (5,2), superou a meta estipulada (4,9) e promoveu crescimento do acesso de alunos ao SISU (77%). Porém, no trato com os docentes e suas lutas durante a greve de 2011 disse: “Quem quer dar aula faz isso por gosto, e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado”.

Com esses dizeres de pouco trato, Cid Gomes acumula uma experiência de não cumprimento da Lei Federal do Piso Salarial (R\$ 813,79 por 40 horas semanais em 2011) e do Plano de Carreira dos Professores, além de violenta repressão aos docentes durante a greve.

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2010-2014) E SUAS PERSPECTIVAS

Em 2014, o novo PNE (Plano Nacional de Educação) foi sancionado, prevendo 10% do PIB para a Educação, 20 metas e 253 estratégias para “melhorar” a Educação até 2024. Mas, na verdade os investimentos têm diminuído. Foram 3,3% em 2012, 3,7% em 2013 e 3,4% em 2014 (Auditoria Cidadã). Além disso, prevê a possibilidade de investimentos advindos da União, Estados, municípios e do setor privado em todos os âmbitos do sistema educacional (livros, uniformes, alimentos, transporte, etc.).

Essa concepção de parceria com o setor privado entrelaça-se com o “investimento público total”, permitindo gastos totais da União, Estados, municípios com áreas gerais da Educação, inclusive próximas a entidades privadas. Como exemplo temos os empréstimos da Caixa Econômica Federal para financiar o programa FIES, o qual o estudante se utiliza para estudar na rede privada de ensino.

Contraditoriamente, o PNE foi aprovado num contexto de fortes pressões sociais, motivadas pela reflexão acerca das horas perdidas nos transportes, nas idas e vindas ao árduo trabalho e multiplicaram-se em reivindicações que permeavam as diferentes necessidades do ser.

Nas mobilizações o tema Educação tornou-se recorrente nas palavras de ordem sem diversas regiões do país, mas com o povo o governo não age de maneira conciliatória, pois destina 10% do PIB para Educação como meta até 2024. A verba virá, em primeiro lugar, do que for auferido em royalties (exploração do petróleo, no pré e no pós-sal) e na participação especial de novos contratos. Cabe destacar que se o Brasil quisesse se igualar a outros países em termos de gastos por aluno, deveria investir cerca de 20% de suas despesas com o setor educacional.

UM PROCESSO SE DESENVOLVE:

GESTÃO CID GOMES

Nesse contexto, o mês de janeiro já



Diz-se ampliar a autonomia estadual acerca de suas realidades para criar áreas de aprofundamento do saber, aproximando-se do modelo do ENEM. No entanto, estuda-se retirar da grade a disciplina de Filosofia e torna o docente responsável por blocos de disciplinas que não correspondem a sua formação.

nos apresenta um possível cenário para os dias que se sucederão. O governo federal reajustou o piso nacional dos professores em 13,01% (ou R\$ 1.917,78) para docentes de escolas públicas com 40 horas de trabalho semanais. Porém, a Confederação Nacional de Municípios já reivindicou audiência com o Ministro, alegando que esse salário para os professores inviabiliza os recursos municipais. Lembramos que mesmo com um salário longe do ideal, o PNE não prevê cumprimento do piso salarial para professores, algo que também não foi feito pelo próprio Cid Gomes.

Em relação ao FIES também houve modificação. Para acesso ao programa, os estudantes necessitarão de pontuação mínima (450 pontos) e proíbe que o aluno receba simultaneamente recursos do FIES e do PROUNI. O governo incentiva as parcerias público-privada, mas abandona 20% do número de jovens beneficiados com essas políticas educacionais de acesso ao nível superior.

Também para o próximo período está prevista uma revisão dos currículos no Ensino Médio com aplicação de conteúdos mínimos que deverão ser estudados pelos alunos em todo o país.

Ainda sobre o ENEM prevê o teste em modelo digital e sem comprometimento de dia para realização do exame. Nota-se que apenas 40,8% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet.

Quanto aos docentes o ministro diz que a avaliação é uma forma de procurar melhorar o ensino e incentiva a prática da meritocracia.

O ministro ressalta ainda a necessidade de ampliação da oferta de escolas de tempo integral e o papel da Educação como elemento de “integração com as necessidades do país”, aproximando universidades com a sociedade, meio empresarial e entes administrativos. Para tal, a Educação exime-se, cada vez mais, de um papel libertador para se adaptar ao controle estatal-privado.

POR UM PLANO NACIONAL DE LUTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Como vimos mudanças severas estão indicadas para o próximo período. A Educação brasileira já apresentou lutas significativas (nas universidades estaduais paulistas, docentes estaduais, prefeituras,

etc.) e certamente teremos que continuar lutando. O combate à precarização e a mercantilização da Educação deve ser a pauta central de nossas lutas.

Deste modo, é necessário criarmos organismos que aglutinem professores e demais trabalhadores, pois a Educação pública é um direito a ser preservado e o direito ao conhecimento, em busca da emancipação humana contra a lógica do capital, deve tornar-se uma luta de pais, alunos e professores contra a concepção de uma “Pátria Educadora” que insistirá na alienação, educará para nos distanciar, para obedecermos e gerar lucro.

Para Marx a consequência imediata da alienação é:

“Em geral, a proposição de que o homem se tornou estranho ao seu ser, enquanto pertencente a um gênero, significa que um homem permaneceu estranho a outro homem e que, igualmente, cada um deles se tornou estranho ao ser do homem” (MARX, O Capital)

Fontes

(1) O “governo” não era a simples instrumentalização da força de um Estado cada vez mais compacto, mas uma figura original do poder, articulando técnicas específicas de saber, de controle e de coerção (In: FOUCAULT, Genealogia do poder.)

(2) No âmbito da economia, austeridade significa ter um maior rigor no controle de gastos, faz parte de um plano ou de uma política, quando algum país está com um alto déficit e não consegue mais se sustentar. O plano de austeridade ocorre através do corte de despesas dispensáveis e/ou supérfluas.

A JUVENTUDE E OS DESAFIOS PARA A LUTA SOCIALISTA



As jornadas de junho de 2013 mostraram que a juventude brasileira não está parada, ao contrário, protagonizou essas lutas e estão, cada vez mais, participando e construindo as atuais mobilizações pelo país.

Os desafios são muitos e essa parcela população sofre diretamente as consequências da crise estrutural do capital. Segundo o PNAD de 2012, 25% de jovens entre 15 e 17 anos já trabalham, sendo que a maioria não está mais estudando. Além disso, ocupam empregos mais precarizados. Conforme

o IPEA, a informalidade atinge 75% da juventude trabalhadora entre os 15 e 17 anos, aproximadamente 40% para 18 e 24 anos de idade e 35% na faixa de 25 a 29 anos.

Quanto aos estudos, somente 58% da juventude brasileira completa o Ensino Médio. E quando se trata de jovens mais pobres a situação é ainda pior, pois só 30% chegam ao fim dessa etapa, enquanto que entre os mais ricos os/as concluintes chegam a 85%, índices apontados pelo burguês Instituto “Todos pela educação”, amparado em dados do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID).

Já em relação à entrada no Ensino Superior, os dados do MEC mostram uma suposta melhora, porém em um olhar mais atento podemos analisar a verdadeira crise que é posta para a estudantada.

Em comparação com 2003, em 2013 a quantidade de pessoas matriculadas no Ensino Superior aumentou 85,5%. Um crescimento de 94% nas universidades particulares e 64% na rede pública. Atribui-se essa elevação principalmente aos programas do Governo Federal sob gestão do PT, como o PROUNI, FIES (que também de incentivam o empresariado), REUNI e SISU. No entanto, são insuficientes e de curto fôlego, já que mal se desenha a crise no país e a esses programas já são anunciados cortes com o pacote de ataques que estão sendo implementados agora em 2015 pelo mesmo governo PT.

Porém, um outro dado mostra que das pessoas que ingressaram na universidade apenas 36% concluíram o curso. Isso demonstra que se a entrada na universidade foi facilitada, mas a sua permanência continua sendo um imenso desafio frente à precarização da vida da juventude que precisa se manter com transporte, alimentação, material escolar, etc.

Além disso, a permanência é dificultada pela própria necessidade de lidar com sucateamento do próprio ensino que conta cada vez mais com monopolização de grupos empresariais nas universidades particulares que buscam impor a lógica mercadológica ao ensino e que tira autonomia do/a professor/a e secundariza a construção do conhecimento.

No ensino público a situação não é melhor. Ano passado a mais conhecida universidade do país, a USP, realizou a mais extensa greve que teve como um dos principais pontos da pauta a falta de reajuste salarial dos/as trabalhadores/as. O que foi justificado pela reitoria como falta de verbas.

Nas universidades federais a situação também não é a das melhores. Mesmo com a expansão do REUNI e o aumento número de cotas, que deverá chegar a 50% das vagas oferecidas, o financiamento não tem crescido na mesma proporção. Segundo o FONAPRACE, a verba destinada para a

assistência estudantil em 2013 foi de R\$509 milhões, porém a instituição avaliou que para atender a demanda já existente, seria necessária uma verba de R\$1,5 bilhões, ou seja, três vezes mais do que o disponibilizado pelo Governo Federal.

Além dessas dificuldades de trabalho e estudo, ainda temos uma parcela de jovens no grupo dos nem-nem (nem estudam e nem trabalham) que segundo o estudo “Síntese de Indicadores Sociais (SIS)” de 2013, no ano de 2012, cerca de 20% de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos eram desse grupo, sendo que as mulheres representavam 70,3%, o que mostra que a falta de acesso e de perspectiva para a melhoria de vida da juventude ainda são alarmantes, ainda mais se tratando das mulheres que ainda são submetidas aos padrões patriarcais dessa sociedade.

A EDUCAÇÃO DELES E A NOSSA. QUAL EDUCAÇÃO QUEREMOS?

Nos poucos e restritos espaços que sobram para a juventude trabalhadora estudar, o que vemos é uma Educação de um tipo bem específico. A partir da década de 70, com o aprofundamento da crise estrutural do capital e com da tendência de queda da taxa de lucro das empresas, a Educação tem tomado o caráter de mercadoria. Assim, os governos têm tentado socorrer os lucros dos patrões, por um lado sucateando o ensino público e por outro desviando verba para o ensino privado, por meio das chamadas “parcerias” e por meio de programas sociais como o ProUni e o FIES. Com a privatização da Educação, se junta o útil ao agradável para os patrões, pois além de colocar toda a estrutura do ensino a serviço do lucro, coloca-se também seu conteúdo.

A escola também tem passado cada vez mais os valores da ideologia burguesa, incitado a competição ao invés de camaradagem, o individualismo ao invés de coletividade, a meritocracia ao invés da igualdade e uma disciplina à ferro e fogo, que não leva ao comprometimento e sim ao não reconhecimento e à submissão. Não é a toa que os alunos não

respeitam a escola nem os materiais escolares que são distribuídos pelo governo. É preciso entender o que está por trás desse comportamento.

Esse tipo de ensino tem atingido a fundo nossos jovens e criado gerações descompromissadas com essa Educação. Não é a toa que gigantescos conglomerados industriais têm o ramo da Educação como uma prioridade e fonte de movimentação de somas milionárias. Como diz Zilas Nogueira, militante do Espaço Socialista e Professor da IFAL:

“Nos últimos anos, acompanhamos grandes transações comerciais envolvendo o setor educacional. Em 2010 a Abril Educação comprou o grupo Anglo. Um mês depois a Br Investimentos compra parte da Abril Educação por R\$ 226,2 milhões. A empresa inglesa Person, especializada em “serviços educacionais” e editoriais comprou os sistemas de ensino COC, Pueri Domus e Dom Bosco por R\$ 888 milhões. Em 2013 a Kroton, maior grupo educacional brasileiro inicia o processo de compra da Anhanguera Educacional em uma transação de 5 bilhões de reais. A 17ª empresa da Bovespa em valor de mercado, que está estimado hoje em 24,4 bilhões, a Kroton, este ano efetuará a matrícula de mais de um milhão de estudantes, grande parte com dinheiro público via ProUni.”

O mesmo acionista de um banco, é acionista de um “grupo educacional”. O conteúdo que serve aos interesses da classe proprietária é também institucionalizado via governos. O PNE mostra isso claramente, quando vemos que foi elaborado por esse movimento chamado “Todos Pela Educação”, organizado nada menos por uma instituição chamada Itaú-Unibanco e tendo como principais membros a Gerdau, Bradesco, Fundação Roberto Marinho, Santander, Bunge, etc. Quando as diretrizes nacionais da educação são



ditadas pelas empresas, a educação está a seu serviço.

“EU VEJO NA TV O QUE ELES FALAM SOBRE O JOVEM, NÃO É SÉRIO”

Frente a esses diversos desafios que são impostos à juventude, precisamos superar o velho discurso de que “os jovens são revoltados por causa da idade” e de que “quando crescer isso passa”. Precisamos entender essa realidade que mantém o/a jovem sob pressão social e o coloca na sociedade numa difícil perspectiva, visto que cada vez mais temos os direitos trabalhistas retirados e sem expectativa de uso da Previdência Social.

Como se não bastasse, ainda temos o julgamento dos adultos sobre a juventude, sempre colocada no patamar da vagabundagem, de que não quer “nada com nada”, de que são vândalos e baderneiros, de que não sabem o que quer, enfim criminalizam a juventude dificultando ainda mais a união.

Por isso, precisamos levar em consideração o momento particular de desenvolvimento da juventude e suas formas de compreensão do mundo, que não estão dentro da lógica adultocêntrica. Possuem jeito de construir e organizar próprios.

É um grande desafio e que tem implicação nas lutas contra a exploração, pois numa conjuntura que a deslegitima,

a própria juventude também vai apresentando dificuldades em se comprometer com o mundo e as tarefas da militância. Vai constituindo sua subjetividade cada vez mais descompromissada com a própria vida, já que não consegue ter seu pleno desenvolvimento social e autonomia garantidas nessa sociedade. Dessa maneira, é engolida pelo sistema capitalista em crise. Por outro lado, a juventude é a parcela da classe trabalhadora que está no momento do despertar para as contradições de viver em um mundo às avessas. E é por isso que se revolta. A juventude ainda não se adaptou nem se conformou em viver em uma sociedade controlada pela burguesia e está em tempo de não se adaptar. Chamamos a juventude trabalhadora a se comprometer com a luta pela sociedade que queremos, uma sociedade capaz de abarcar todas as necessidades humanas, uma sociedade sem classes.

DA UNIDADE VAI NASCER A NOVIDADE...

Há tantos desafios quanto há vontade de mudança! Por isso compreendemos que se torna mais que urgente que a juventude também crie suas estratégias de organização e estruturação para se fortalecerem na vida e na luta!

Afinal, tanto a opressão quanto as

incertezas servem de gás para compreendermos que não podemos esperar que o governo que faça algo por nós, só os trabalhadores podem mudar os rumos dessa sociedade e na luta direta contra o sistema! E se queremos um futuro melhor, precisamos derrubar esse sistema e construir uma alternativa que traga igualdade para todos/as, ou seja, uma sociedade socialista!

Assim, estamos construindo diversas atividades para que possamos construir um acúmulo de reflexões e debates entre a juventude contribuirmos com essas tarefas. Nos dias 10 e 11 de janeiro de 2015, realizamos em Itanhaém (SP) a I Vivência da Juventude, em que realizamos atividades políticas para fortalecer a construção de um coletivo da juventude. Pensamos sobre os desafios atuais como a luta pelo transporte público, gratuito e sob controle dos/as trabalhadores/as, sobre a Educação que queremos, além de debater sobre a organização dos jovens.

O Coletivo da Juventude está em construção como um espaço aberto aos jovens trabalhadores que não se conformaram com a sociedade como ela está. Não se conformam com a exploração, o racismo, o machismo e a homofobia. Construa com a gente outra prática, acompanhe nossa agenda e venha para nossas atividades.

O PAPEL DESTRUIDOR DO MACHISMO NA ESQUERDA

Quanto tempo leva para mulheres se aproximarem da luta contra a opressão e pela transformação social? Quanto tempo leva para mulheres terem consciência de que o machismo está em toda parte e que deve ser combatido intensamente junto com o combate à sociedade de exploração?



Certamente levam muitos anos e poderiam ser ainda mais se não houvesse a marcação histórica de grandes lutadoras, guerreiras, mães, irmãs, camaradas, companheiras e muitos etceteras, que superaram em alguma medida a submissão, de toda forma, imposta pelo grupo familiar e pelo condicionamento do processo de vida social se dispendo a lutar contra a inferiorização social, pela vida e por direitos na sociedade competitiva e desumana do capital.

A organização de mulheres em espaços públicos foi um direito negado desde os primórdios do sistema capitalista, com o impedimento dos direitos políticos. E a luta feminista se fez presente historicamente e certamente o fará até o fim da sociedade patriarcal, capitalista, machista, racista e homofóbica.

A luta pela igualdade de direitos

(político, social e econômico) sempre foi a razão de existência das organizações de esquerda. E a luta para que a classe trabalhadora assuma o controle da vida social para a construção da sociedade comunista sempre foi a razão do viver de mulheres e homens que tomaram em suas mãos a luta contra as injustiças e por uma vida cheia de sentido.

No entanto, tem sido cada vez mais frequente nos depararmos com situações ou denúncias – de humilhação, de tentativa de massacre, violação, agressão (física, psíquica, etc.) e de domínio, das mais variadas formas – de determinados homens da esquerda sobre as mulheres, especialmente lutadoras. Tudo isso funciona, exatamente, em sentido oposto às nossas lutas históricas e realiza os interesses da sociedade opressora e desumana a qual almejamos destruir.

É inconcebível que organizações de Esquerda (incluem-se aqui coletivos, movimentos, partidos, entidades de classe, etc.) silenciem diante dessas situações, não combatam e contribuam para que o machismo, na própria organização, amordace, enfraqueça e faça desistir da luta, contra a opressão e contra o sistema opressor, valiosas lutadoras.

Não é verdade que paira sobre o feminismo de esquerda o romantismo e o idealismo de que os militantes ou ativistas estão imunes ao machismo. Também não é verdade que a esquerda de conjunto defenda o fim do machismo somente no socialismo. Esses discursos não cabem no debate franco e honesto de quem quer o fim da sociedade de classes, da miséria e da hipocrisia burguesa.

Lutamos pelo fim do machismo hoje porque mata mulheres todos os dias, enfraquece para a vida e tira do caminho da luta.

A PRÁTICA QUE DIVIDE E AGRIDE PARA NÃO FORTALECER

A luta por uma sociedade livre requer de nós o pé na realidade, mas, também na potencialidade. Não dá para esperar o socialismo para começarmos a desconstruir o machismo. Não aceitamos confiar vidas na luta de classes àqueles que poderão nos apunhalar pelas costas a qualquer momento, já que possuem a trajetória de compactuar com o sistema opressor. Cabe ainda a cada militante ou ativista de esquerda travar essa luta consigo próprio, já que não está imune, e não contribuir para fortalecê-lo com o aval de quem luta.

Infelizmente as denúncias ou situações de práticas machistas nos espaços de atuação da esquerda têm demonstrado algumas peculiaridades, ao invés de já terem sido abolidas:

Uma delas, podemos afirmar, está relacionada à conduta da virilidade, ou seja, da necessidade de plateia e do reconhecimento. Mantém o discurso da força, da superioridade de seu conhecimento científico, de seu raciocínio lógico e, óbvio, totalizante e, portanto, tem que ensinar a mulher a ser mulher e a como o feminismo tem que ser. Mas, quando é chamado à atenção, de imediato, diz que a mulher lutadora tem que reeducá-lo senão cumpre um desserviço à luta de classes.

Outra, é a já habitual necessidade de classificar a mulher lutadora, isto é, alguns

homens preocupados em dividir a luta das mulheres se apossam de termos e os carregam de sentidos de acordo com o seu próprio momento ofensivo ou de acordo com o seu nível de preconceito. Dizem: “é feminista radical” ou “é feminazi”, “é feminista não radical”. Para alguns homens as “feministas não radicais” seriam aquelas que lutam pelos direitos das mulheres, mas pelos direitos que esses homens concordam que são os direitos das mulheres. Já as “feminazi” ou “feministas radicais”, para eles, seriam aquelas que defendem a misandria (ódio ao homem) e que buscam exterminá-las.

Mas, sabemos muito bem que, além de não ser possível um oprimido oprimir seu opressor, a intenção do feminismo não é exterminar o sexo masculino e sim desconstruir o machismo estrutural em nossa sociedade.

Essa classificação demonstra a falta de conhecimento histórico da trajetória de luta das mulheres e não tem servido em nada para fortalecer a luta das mulheres, do feminismo de esquerda e nem dos ditos “pró-feministas”.

Quanto ao termo “feminazi”, criado por um apresentador da direita radical americana, não tem nada a ver com o sentido dado atualmente: Para ele, era um termo apropriado para a feminista cuja maior importância residia na luta pelo alto número de abortos. O termo justificava a necessidade do terror contra o aborto e contra a sua legalização. Além disso, é de conhecimento geral de todo militante e ativista que conhece, minimamente, de história que o nazismo perseguiu à morte as feministas. Não cabe o termo nem para desqualificar a luta por direitos.

No entanto, é necessário esclarecer que já há anos nos deparamos com esse insistente discurso de fragmentação e que, constantemente, está associado ao

discurso do fim da luta de classes. E também há anos nos definimos pelo feminismo anticapitalista, classista, antigovernista e de esquerda, ou seja, para nós, isso é ser radical: querer o fim do patriarcado, da sociedade de classes e lutar pelo socialismo em todas as esferas de nossas vidas.

Por outro lado, o termo “feminismo não radical”, para algumas de nós da esquerda, seria uma diferenciação necessária quanto ao feminismo próprio do ativismo da mulher burguesa ou reformista, pois está atrelado aos governos da burguesia ou atrelado aos governos que gerenciam o capital a favor da taxa de lucro em detrimento da vida de muitas. Faz-se de cego, age por conveniência e abre mão facilmente da luta por direitos às mulheres da classe trabalhadora.

Decerto, a militância ou o ativismo anticapitalista e classista não é fácil e, mais ainda, requer aprendizagem cotidiana na atuação prática e na busca da formação teórica na tentativa de uma práxis transformadora. Contudo, para as mulheres da classe trabalhadora é ainda mais difícil, devido a toda pressão do modo de vida capitalista (machista, racista e homofóbico), insistentemente apresentada nas organizações de esquerda e devido a toda a opressão. A participação sistemática de mulheres nas lutas é, verdadeiramente, uma provocação ao capital. Não haverá revolução política e/ou social sem que mulheres participem de sua construção. Silenciar e compactuar com situações ou querer silenciar ou excluir ou humilhar ou agredir ou estuprar qualquer mulher é contrarrevolucionário, somos pela vida da mulher e pela unidade da classe trabalhadora.

As práticas machistas vão ao sentido contrário da necessidade de humanizar o cotidiano, de negar a opressão e impede



a luta. Nenhuma mulher da classe trabalhadora pode ficar para trás! Nenhuma camarada de luta ficará para trás! Solidariedade total!

FORTALECER PARA A LUTA TEM QUE SER A SAÍDA

É necessário, cada vez mais, o fortalecimento do feminismo de esquerda que luta contra a sociedade da exploração e da opressão! Algum desvio de concepção por parte de alguma lutadora

deve ser trabalhado de forma a fortalecer as suas potencialidades e não destruí-la. É necessário o recrudescimento às práticas machistas na esquerda e aos machistas que se apossam dos espaços da esquerda. Não contribuem com a luta contra a opressão e impõem o afastamento ou a desistência das que lutam! Machistas não passarão!

Aos militantes ou simpatizantes do Espaço Socialista que adotam tais

práticas, como ocorrido recentemente, chamamos à autocrítica e a reflexão sobre a incompletude e as contradições de cada para que possamos manter as relações políticas. Que destruamos o capitalismo e fortaleçamos a luta!

Não somos burras! Não somos nazistas! Somos lutadoras! Repúdio a todos que buscam a destruição da militância ou do ativismo feminista de esquerda!

ELEIÇÕES NA GRÉCIA: FAZ FALTA UMA ESQUERDA ANTICAPITALISTA E SOCIALISTA

DANIEL MENEZES E DALMO DUARTE

A eleição do Syriza tem um significado que extrapola as fronteiras gregas. Zona do Euro, Troika e não pagamento da dívida pública são temas que definitivamente entraram na agenda política da Europa.

Esse é um primeiro artigo de um debate que vai longe, uma vez que o processo eleitoral na Grécia é apenas parte de uma totalidade marcada pela polarização política e social.

Reflete tão somente a posição dos autores, pois a Organização Espaço Socialista como um todo ainda não tem uma posição política sobre esses atuais acontecimentos da Grécia

O REPÚDIO À TROIKA

No dia 25/01 aconteceram eleições gerais na Grécia, antecipadas devido ao colapso do governo anterior (liderado pelo partido mais tradicional da direita, o Nova Democracia), conforme as regras do sistema parlamentarista. As eleições foram vencidas pelo partido SYRIZA (Coalizão da Esquerda Radical em grego), que elegeu 149 de um total de 300 deputados e junto com partidos

menores apontarão seu líder Alexis Tsipras para o posto de primeiro ministro. A principal promessa de campanha do SYRIZA é o fim das medidas de "austeridade" que vêm sangrando o país desde a crise do euro em 2010, mais um episódio da crise mundial iniciada em 2008, e que não se encerrou na Europa.

Para poder continuar operando com o euro, o governo anterior se submeteu desde 2010 a um memorando da chamada "Troika" (União Européia, Banco Central Europeu e FMI) que impunha medidas severas como aumento de impostos e corte nos gastos públicos, retirada de direitos (redução salarial, fim da estabilidade, etc.), para que se continuasse pagando a dívida aos credores (especuladores, agiotas e banqueiros) internacionais e, assim, recuperar sua credibilidade perante o mercado internacional. Os cortes atingiram pesadamente a população trabalhadora, pois atingiram os serviços públicos, a saúde, a Educação, o pagamento de aposentadorias e pensões. Foi essa política que os eleitores gregos rejeitaram maciçamente nas urnas.

FMI (<http://www.imf.org/>) de outubro de 2014, o PIB da Grécia está em US\$ 246 bilhões, tendo se mantido praticamente estável em 2014 (crescimento de 0,6%), depois de uma sequência de quedas brutais (-3,8% em 2013, -6,9% em 2012, -7,1% em 2011, -4,9% em 2010 e -3,1% em 2009). A taxa de desemprego está em 25,7% (ou seja, ¼ da população economicamente ativa), sendo 60% entre os jovens de 18 a 25 anos. E a dívida pública está em 168,6% do PIB.

As consequências da "austeridade" e do desemprego são o aumento explosivo da pobreza nos anos recentes: "Com 1,38 milhões de pessoas no desemprego (de uma população de 11 milhões de habitantes), a pobreza tem aumentado na Grécia. Um estudo da Universidade de Atenas revela que no ano passado 14% da população viviam na pobreza, contra 2% em 2009." (<http://pt.euronews.com/2014/02/13/grecia-desemprego-e-pobreza-batem-records/>).

A BUSCA POR UMA ALTERNATIVA POLÍTICA

Toda crise com a dimensão da grega abre imensas possibilidades para a revolução socialista. Mas esse processo não se dá sem contratempos ou sem as dúvidas por parte da classe trabalhadora a respeito de qual caminho seguir. Algumas vezes a classe segue posições de direita, outras vezes procura saídas "menos traumáticas", como eleger partidos reformistas ou que defendem uma saída, por dentro do sistema, mudando apenas o governo. Só depois dessas experiências é que os trabalhadores seguem para o caminho da ruptura. Não

A TRAGÉDIA SOCIAL DA "AUSTERIDADE"

As medidas de "austeridade" vinham sendo implantadas pelos governos do Nova Democracia e do PASOK (Partido Social Democrata, o partido da "esquerda" tradicional), que têm se alternado no poder nas últimas décadas, sem conseguir reativar a economia. Segundo dados do



é uma regra, mas é o mais comum.

No caso grego, buscaram o caminho eleitoral, pois ainda estão iludidos com a possibilidade de que o sistema capitalista vá resolver as suas demandas, entendem que o que não presta é o governo e não o próprio sistema social. Os trabalhadores acreditam que votando no Syriza terão seus empregos e seus direitos de volta.

Em que pese o papel do SYRIZA e as enormes limitações do seu programa, não podemos desconsiderar o fato de que o voto dos trabalhadores gregos foi por mudança e sinaliza uma tendência de enfrentamento com o plano da Troika e com os governos imperialistas da região.

Esse exemplo não deixa de ser um estímulo para outros países da periferia europeia, como Portugal, Espanha, Irlanda ou mesmo a Itália às voltas com os mesmos sofrimentos provocados pela "austeridade".

A questão é que o SYRIZA (assim como as demais formações ditas "radicais" da esquerda eleitoral europeia) não irá pelo caminho da ruptura, mas buscará uma saída negociada. E mesmo esse caminho conciliatório não deve encontrar respaldo entre as potências imperialistas da região. Pelo contrário, no dia seguinte às eleições, todas as declarações foram no sentido de exigir que a Grécia cumpra o determinado pela Troika.

Além da ilusão em reformas por dentro do sistema, materializada no projeto eleitoral do SYRIZA, a classe trabalhadora grega tem ainda outros obstáculos políticos e ideológicos na luta por um projeto socialista. Um deles são as burocracias sindicais, comandadas pelo KKE (Partido Comunista grego, stalinista e como tal aferrado à colaboração de classe) e pelo PASOK. Graças ao controle dos partidos de conciliação de classe sobre as principais centrais sindicais, mais de duas dezenas de greves gerais de 24h e 48h têm sido realizadas desde 2008 sem, no entanto, avançar para um enfrentamento real e capaz de derrotar a política de "austeridade".

Outro obstáculo é o limite programático do anarquismo, que possui grande influência entre os setores em luta na Grécia, especialmente entre os mais jovens e precarizados. A mesma obsessão do anarquismo em negar o poder político do Estado é aplicada em negar também a construção de

organismos de poder operário capazes de superar o poder econômico do capital (que é, na verdade, a fonte do poder político). Esse limite programático é parte dos problemas que impedem que as grandes lutas realizadas na

Grécia, desde a manifestação da crise mundial em 2008, tenham avançado para a construção de um programa anticapitalista e socialista.

O setor mais avançado da esquerda grega é o ANTARSYA (Cooperação da Esquerda Anticapitalista para a Ruptura), frente formada por 10 pequenas organizações que incluem stalinistas, maoístas, trotskistas e ecologistas, que combinam uma atuação militante (coisa que o SYRIZA não pratica) com a luta eleitoral (em que não ultrapassa a barreira para eleger deputados). Entretanto, algumas das suas lideranças, inclusive, chamaram voto no SYRIZA, o que não contribuiu para ajudar a classe trabalhadora a superar as ilusões eleitorais, nem para romper com as burocracias sindicais, superar seus limites programáticos e enfrentar as medidas de "austeridade" com os métodos de luta direta.

OS LIMITES DO PROGRAMA DO SYRIZA

O programa do Syriza e de seu líder Tsipras (apesar de todo o terrorismo da mídia com o fantasma do esquerdismo, ameaça aos mercados e do entusiasmo dos reformistas mundo afora) ainda se mantém nos marcos do capitalismo:

- Em relação à dívida pública: perdão de metade dos 320 bi de euros, pagar o restante em longo prazo e moratória por um período, mantendo a sujeição do país ao capital financeiro especulativo internacional;

- Medidas sociais: programa de moradia para 30 mil, atendimento médico e remédios para os desempregados, aumento do salário mínimo e a criação de 300 mil postos de trabalho;

- Medidas econômicas: sobretaxar as grandes fortunas e abolir os impostos



sobre as pequenas propriedades

Como se vê, ainda que bastante avançadas e expressando uma tentativa de revigorar o "Estado de bem-estar-social", não são propostas de solução "radical" capazes de resolver os problemas do país. Primeiro que qualquer solução de fato passaria pelo fim do capitalismo e depois que, pela própria configuração do capital em sua crise estrutural, não há mais espaço para reformas dentro do capitalismo.

A origem da crise econômica grega está na sua baixa produtividade em comparação com as demais economias da zona do euro, em especial gigantes como a Alemanha e a França. A permanência da Grécia no euro é uma ficção mantida à custa do endividamento grego, já que a produtividade do país é muito inferior à da economia reguladora do bloco, a Alemanha, que assim está colonizando as demais participantes do euro. Esse endividamento, por sua vez, tem sido repassado pelo governo aos trabalhadores.

O governo do SYRIZA não será capaz de romper realmente com a "austeridade" e reverter o empobrecimento dos trabalhadores, porque para isso teria que tomar medidas realmente anticapitalistas: não pagamento da dívida pública, saída da zona do euro e fim das políticas de "austeridade", redução da jornada sem redução dos salários, reativação dos serviços públicos, igualdade de direitos para os imigrantes, estatização das empresas que ameaçarem fechar. Ao invés de chamar voto no SYRYZA, organizar os trabalhadores em torno desse programa deveria ser a tarefa da esquerda grega.

De todo modo, as eleições são somente mais um capítulo de uma luta que está longe de terminar. Que os ventos soprem em direção à revolução socialista na Grécia.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA QUEM, CARA PÁLIDA

Os últimos acontecimentos na França expressam a dura realidade de crise em que, para a direita, não basta reprimir trabalhadores. É necessário também buscar dividi-los impondo uma falsa “liberdade de expressão” para aprofundar o racismo, o machismo e a homofobia.

Na tentativa de refletir sobre os desdobramentos a partir do atentado a Revista Charlie Hebdo, publicamos o texto abaixo, também como contribuição individual. Portanto, não expressa, pelo menos por enquanto, a posição do Espaço Socialista.

A LUTA DE CLASSES NA EUROPA E A VOLTA DA “GUERRA AO TERROR”

Os atentados contra a revista Charlie Hebdo em Paris deram a oportunidade para que o conjunto das potências imperialistas relançassem a campanha da “guerra ao terror”. No caso da Europa, a “guerra ao terror” tem a particularidade de que os tradicionais “suspeitos” de terrorismo habitam o próprio coração do continente. Milhões de imigrantes africanos, asiáticos, latino americanos e do Oriente Médio e seus descendentes habitam praticamente todos os países europeus. Cerca de 1 milhão de novos imigrantes chegam todos os anos, pois são necessários para repor a população economicamente ativa decrescente devido à baixa taxa de natalidade dos europeus. Esses imigrantes ficam com os piores empregos, recebem os piores salários, moram nos piores bairros, sujeitos à precariedade dos serviços públicos e à violência do crime, e são os primeiros a serem demitidos nas crises.

Como se não bastasse essa situação, toda vez que sobrevém uma crise os trabalhadores imigrantes e seus descendentes são taxados como culpados por “roubar os empregos” dos nativos pelas forças da direita, e fisicamente atacados pela ultradireita

fascista e neonazista. A xenofobia, a islamofobia e o racismo envenenam ideologicamente os trabalhadores europeus e os impedem de construir a necessária unidade contra os ataques da burguesia. A divisão da classe trabalhadora entre nativos e imigrantes é fundamental para que os capitalistas consigam desmontar o que resta do estado de bem estar social europeu.

A Europa nunca se recuperou plenamente da crise de 2008 e até hoje os patrões tentam retomar seus lucros com a ajuda dos governos, impondo as chamadas medidas de “austeridade”: demissões, corte de salários e direitos, sucateamento dos serviços públicos, aumento da idade de aposentadoria, aumento de impostos, etc. Os trabalhadores têm lutado contra essas medidas por meio de greves e manifestações, mas padecem da ausência de organização e programa consequentes, já que as burocracias sindicais estão completamente incorporadas à gestão do capitalismo e aliadas aos partidos governantes. E nem é preciso dizer, as burocracias sindicais e alguns partidos ditos “de esquerda” ou “trabalhistas” são completamente omissas em relação à disputa ideológica contra a direita, e em particular no que se refere à árdua tarefa da construção da unidade entre nacionais e estrangeiros.

A FARSA DA “MARCHA REPUBLICANA”

É nesse contexto que aconteceram os atentados em Paris e que os governantes do continente lançam a sua

“guerra ao terror”, como pretexto para colocar imensos contingentes policiais e militares nas ruas. Se essas tropas vão ser úteis para caçar terroristas é algo duvidoso, mas com certeza vão servir para impedir as lutas dos trabalhadores. O lançamento dessa campanha de militarização e repressão se deu na “marcha republicana” que aconteceu em Paris, no dia 11 de janeiro, em repúdio aos atentados, liderada pelo presidente François Hollande e composta por chefes de estado e autoridades de dezenas de países. O aspecto mais marcante dessa marcha foi o extremo cinismo dos seus componentes, já que foi convocada em defesa da “liberdade de expressão”, mas tinha entre seus participantes alguns dos governantes mais autoritários e corruptos do mundo. Citemos alguns:

↳ Petro Poroshenko, presidente da Ucrânia, eleito ilegalmente após um golpe de Estado fascista e que está atualmente massacrando a população



Sidewalk Bubblegum ©1997 Clay Butler

da região leste do país, a qual não aceita o golpe e nem a política que o acompanha, as medidas neoliberais de austeridade da União Europeia;

↳ Recep Tayyip Ergogan, primeiro ministro da Turquia, país que há décadas reprime a minoria curda, e que reprimiu os manifestantes que se levantaram em defesa da praça Taksim em Istambul em 2013 e contra a corrupção do governo em 2014;

↳ Benjamin Netanyahu, primeiro ministro de Israel, que em 2014 ordenou mais uma rodada do genocídio palestino com os bombardeios sobre Gaza, alvejando inclusive escolas e hospitais, matando milhares de pessoas, inclusive mulheres e crianças;

↳ O secretário de Estado John Kerry, que veio em lugar de Obama. Os Estados Unidos financiaram o Talibã, a Al Qaeda e o Estado Islâmico, e agora querem novamente enviar tropas para o Oriente Médio sob o pretexto de combatê-los. Ao mesmo tempo eles empreendem uma caçada mundial contra Julian Assange, criador do site Wikileaks, que publicou documentos das embaixadas estadunidenses, expondo a arrogância imperial com a qual tratam o restante do mundo; e contra Eduard Snowden, que revelou documentos secretos da CIA expondo a espionagem estadunidense.

Além desses facínoras compareceram à marcha outros menos cotados, como ditadores africanos ou monarcas do Oriente Médio, acostumados a afogar a oposição em sangue. Os maiores mentirosos do mundo, os que escondem informações, financiam o terrorismo, espionam outros países, empreendem massacres, reprimem a oposição, saqueiam as riquezas dos povos, etc. São esses os defensores da “liberdade de expressão”!

COM CAPITALISMO, NÃO HAVERÁ LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Os exemplos dos atentados em Paris e da “marcha republicana” mostram que nenhuma palavra de



ordem tem valor em si, mas dependem do contexto político e dos autores que as emitem. Os maiores exploradores e opressores falam em liberdade, democracia, justiça, etc. quando lhes convém, mas sua prática contradiz diariamente o discurso. Os aliados de François Hollande não têm compromisso algum com a liberdade de expressão, mas são oportunistas o suficiente para usar essa palavra de ordem quando a opinião pública se mostrou sensibilizada com a morte dos cartunistas de Charlie Hebdo.

Juntamente com essa categoria de oportunistas, surgiram outros tantos, não menos cínicos, que desfraldaram a bandeira da “liberdade de expressão” para defender o direito de difundir o racismo, o machismo, a LGBTfobia, disfarçados de humor. Assim como o mediocre Charlie Hebdo na França, temos também no Brasil, nos “stand ups” e “talk shows”, uma série de “artistas” e “humoristas” que não fazem mais do que reproduzir o preconceito contra as camadas mais oprimidas da população. Agora, respaldados pelo repúdio ao terrorismo, querem o alibi para continuar fazendo piadas com negros, mulheres, LGBTs, em nome da “liberdade de expressão”. Essas piadas aparentemente inocentes servem como legitimação para agressões físicas e psicológicas que as mulheres, negros e LGBTs sofrem cotidianamente.

Esse repertório de ideias racistas, machistas e LGBTfóbicas, juntamente com a defesa da pena de morte, da redução da maioria

penal, da volta da ditadura militar, contra os direitos humanos, etc., fazem parte do arsenal da classe dominante para momentos de crise. Tais ideias são úteis para manter a classe trabalhadora dividida pelo ódio e pelo preconceito entre seus diversos segmentos, para evitar que entrem em luta de forma unificada contra as misérias do capitalismo.

Essas ideias sempre terão liberdade, dentro do capitalismo. Aliás, sob o capitalismo, somente podem se expressar livremente as ideias compatíveis com os interesses da classe dominante. Os grandes veículos de comunicação, televisões, rádios, jornais, revistas, sites de internet somente publicam aquilo que é do interesse dos seus proprietários, aquilo que lhe traz lucro pela audiência, ou pela defesa dos interesses dos seus patrocinadores.

As únicas ideias verdadeiramente livres dos interesses do capital são aquelas que defendem a abolição do capital. E essas ideias são hoje praticamente clandestinas, banidas, censuradas. Precisamos de liberdade de expressão sim, mas para as ideias emancipatórias, que defendem a libertação da humanidade da escravidão ao capital, da exploração, da opressão e de todas as suas mentiras. Somente numa sociedade socialista teremos liberdade de expressão real para a manifestação de todas as formas de pensamento e de sensibilidade. E somente numa sociedade livre da exploração e da opressão não se farão mais piadas com o sofrimento e a humilhação dos explorados e oprimidos.

Este jornal é editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org
espacosocialista@hotmail.com

SIGA-NOS NO FACE

facebook.com/espacosocialista1